

Amato defende mais pressão na conversão

FLORIANÓPOLIS
AGÊNCIA ESTADO

Ativar o mais depressa possível a conversão de parte da dívida externa em capital de risco, não mexer na política salarial, fixar regras claras para que os empresários voltem a investir e a defesa intransigente da iniciativa privada. Este foram os pontos fundamentais defendidos ontem em Florianópolis pelo presidente da Fiesp, Mário Amato, durante um ciclo de debates sobre o momento econômico promovido pela Federação e Centro das Indústrias de Santa Catarina.



A conversão da dívida em capital de risco foi também defendida pelo ex-presidente do Banco Central, Carlos Langoni, ao dizer que esse mecanismo "pode representar uma ponte para ligar a idade da dívida para uma nova e promissora idade do capital que vai permitir restabelecer nosso processo de desenvolvimento em bases muito mais sólidas e mais estáveis". E observou: "Ou se faz investimento via conversão ou não vai haver investimento". O presidente da Fiesp foi mais enfático: "A conversão de parte da dívida em capital de risco deve ser ativada o mais depressa possível". Em rápida entrevista à imprensa, Amato disse que a falta de investimento deve-se, em parte, à Constituição, "que está inibindo o desenvolvimento, não estabelecendo regras fixas de trabalho. É preciso que essas regras sejam estabelecidas o mais depressa possível". O presidente da Fiesp também elogiou o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, dizendo-se contrário à sua demissão. "Não se troca de remédio enquanto ele não faz efeito. Uma mudança seria catastrófico para o País".

Ele também não é favorável a uma alteração na política salarial

Amato: "Não é hora de mudar nada"

porque essa "não é a hora de mudar nada". No entanto, na hipótese da inflação de setembro ultrapassar os 7% — "o que seria desagradável" — disse que "o trabalhador precisaria ter essa compensação imediatamente".

INICIATIVA PRIVADA

Na palestra sobre "O momento econômico", Amato lembrou ser "adepto incondicional da iniciativa privada, num mercado concorrencial, livre, ao máximo, das regulamentações e da interferência estatal". Ao lembrar o sopro liberalizante que vem ocorrendo no mundo, inclusive em países socialistas, disse que o mesmo deve ser incentivado no Brasil, isto é, "menos governo e mais iniciativa privada".

Por entender ser este um momento de decisão, acha ser também a hora de os empresários lutarem pela livre iniciativa. "É o momento — disse — de promovermos a remoção dos entraves que o setor público hipertrofiado quer impor à privatização, para estabelecermos, de fato e de direito, o regime da eficiência, com a utilização adequada dos meios de produção, visando ao desenvolvimento econômico e social do País".